



#Mulheres

Mulher negra mãe periférica: vivências de uma realidade militarizada

Originalmente publicado no [Medium](#), em 23 de julho de 2020

Autoria de Isabelle Rodrigues / Instituto PACS

Entrevista com Marina Ribeiro

Educadora popular e cientista social de formação, Marina dos Santos Ribeiro, 45, é mulher negra, periférica e mãe de três filhos. Nascida no centro da cidade do Rio, foi em Campo Grande, na periferia da Zona Oeste, que construiu a sua vida, sua família e sua atuação política.

A trajetória na militância se iniciou ainda cedo, quando participava da Pastoral da Juventude, estando ligada politicamente à Igreja Católica. Era aluna de um dos primeiros pré-vestibulares da cidade, o Centro de Apoio Popular da Zona Oeste, onde atuou também como coordenadora. Marina é ainda uma das fundadoras do IFHEP, o Instituto de Formação Humana e Educação Popular, onde é militante até os dias de hoje. Durante a graduação em Ciências Sociais, na Fundação Educacional Unificada Campo Grandense (FEUC), conheceu o Instituto Pacs e participou de uma das primeiras edições do curso Mulheres e Economia, um “divisor de águas” em sua vida e visão de mundo.

Hoje, ela se apresenta como mulher negra e feminista, militante do movimento negro e de mulheres, faz parte da Coletiva Popular de Mulheres

da Zona Oeste, e reflete sobre temas como racismo e violência estruturais, além dos impactos da militarização na vida e nos corpos das mulheres.



Foto: Instituto Pacs

Como o debate da militarização chega pra você e, como mulher negra, como você vê a relação disso com o racismo e a violência estrutural e institucional?

Marina: Depois de um tempo, eu percebi, nesse processo de reflexão, que a militarização chega na prática, no cotidiano e que ela sempre esteve muito presente na minha vida, na periferia. Eu sou uma mulher negra e sempre morei na periferia. Na periferia do Rio de Janeiro, na Zona Oeste, em Campo Grande, em um sub-bairro, ou seja, periferia da periferia. Lá, a militarização

sempre existiu com outro formato. Todos sabiam da presença de homens armados, homens “de bem”, ligados à polícia ou não. De fato, sempre houve um grupo que se colocava como dono do território. São eles que organizam as relações e a legitimidade dos pequenos comércios, quem pode e quem não pode. Isso também acontece no acesso à terra, no transporte alternativo, na venda do botijão de gás ou coisas assim. Como moradora, acompanhei o avanço da milícia na Zona Oeste. Faz parte da história daquele território. Quando a milícia, com esse nome e formato de organização chega ao território, as pessoas que estavam de frente antes, um grupo de homens armados que se intitulavam donos do local, são substituídas nesse comando por outras, que tinham ligação direta com o novo grupo de homens armados, a milícia. Uma das primeiras mudanças sentida pelos moradores é a cobrança feita pela segurança do bairro. Na parte em que eu morava, decidiram que não iriam cobrar dos moradores, já que nós vivíamos na parte mais pobre, mas cobravam dos comerciantes. Naquela época não existia uma reflexão sobre o que era esse processo da militarização, essa disputa para eliminar um grupo que já estava lá no comando. Na periferia não existe uma polícia que seja comunitária, que seja um mediador das relações, em situações como pequenos roubos ou furtos. É a milícia que toma conta de tudo, não tem comércio de drogas como se vê em outras favelas. O que a gente vê são jovens envolvidos e trabalhando para a milícia, infelizmente. Jovens pobres moradores do local, que terminam sendo executados. E é a milícia quem vê, prende, julga e extermina. Nessa ideia de “bandido bom é bandido morto”. Acho que ninguém imaginaria que iria se construir um processo de dominação de território, de economia e de poder, porque nunca foi só a questão da proteção e segurança das famílias daquele local, também está relacionado às instituições de poder e ao poder econômico. Nesse processo, a militarização que tinha em 91 tem o discurso de proteção, é na prática um processo de eliminação, sobretudo dos jovens mais pobres, jovens negros em

situação de extrema pobreza. A militarização, pra gente, significa controle do território, controle e extermínio dos corpos negros. Jovens pobres vulnerabilizados nesse processo.

Como você identifica os impactos do modelo de cidade-mercadoria instaurado no Rio de Janeiro?

Marina: Tem uma constatação que a gente precisa fazer e que é muito difícil. Na Zona Oeste, a militarização e a milícia não são vistas como algo ruim, infelizmente. Elas, de alguma forma, garantem essa sensação de segurança que, de fato, passa pela eliminação do outro, e não pelo acesso a justiça, igualdade, direitos, diálogo e construção de novos caminhos. Na cultura local, isso é muito real. “A milícia é necessária. É importante ter pessoas que fazem esse tipo de segurança”, é o que dizem. É comum e é reconhecido dessa forma, por conta de uma ausência total do Estado. Ou de um Estado que está presente dessa forma. Se você vai na Zona Sul, além de ter a presença da polícia militar, há uma relação de segurança, de cuidado e de proteção com os moradores daquele território. Na periferia, tanto a polícia como a milícia, não oferecem uma relação de segurança, há uma relação de controle. Na maior parte da Zona Oeste, isso está diretamente vinculado à milícia, porque ela é quem garante o controle e organiza de fato a forma que a segurança se estabelece naquele território. Nessa lógica de cidade-mercadoria, tem a maneira que se constrói essa imagem de cidade que é controlada, que precisa funcionar como turística, ou seja, o turismo como comércio. Você vende essa imagem de que tem controle da violência respondendo com 92 mais violência. Não é à toa que a gente tem um governador agora que defende abertamente o tiro na cabeça. Ele não faz isso de forma tão explícita porque é incosequente, mas porque sabe que esse discurso vai ser absorvido de forma positiva porque é essa resposta que a classe média alta, os turistas, os

donos de hotéis, quem ganha com essa cidade-vitrine, quer. Um discurso que garante a lógica de comércio dessa cidade e que vende um modelo para os outros centros urbanos desse país. A militarização serve como essa espécie de serviço de proteção para uma parte da população carioca e brasileira, uma elite que quer usufruir da beleza, do turismo e que não se importa com a consequência desse controle para quem mora nas favelas e periferias.

Qual é o impacto das diversas formas e forças da militarização na vida das mulheres que vivem a Zona Oeste?

Marina: Pra nós, mulheres negras, a rua sempre foi um lugar de violências. A rua num sentido de enfrentamento, porque não existe outra forma senão essa. Eu saía para trabalhar desde muito cedo, aos 15 anos. A minha mãe era costureira e o meu pai, sapateiro, o que não era comum naquela época, os pais terem um ofício, direitos trabalhistas garantidos, carteira assinada, férias e décimo terceiro. Eu ajudava a minha mãe a costurar em casa, então ser costureira foi a minha primeira profissão. Existia essa questão de precisar se virar desde muito cedo, de ter que trabalhar e, ainda assim, continuar estudando. Chegou uma hora em que a minha família falou: “você tem certeza que quer estudar?” Eu não tinha dinheiro para pagar passagem, então tinha que ir para o pré-vestibular andando por uma hora todos os dias. Eu saía às 22h30, andava por um caminho muito perigoso, em que fui assaltada algumas vezes, e chegava em casa quase meia-noite. Eu buscava nunca andar sozinha e sempre encontrar alguma forma de garantir algum tipo de proteção para não estar tão exposta. Então, esse impacto é real, mas o que você aprende é a conviver e a construir estratégias para que ele não seja tão profundo.

Como você sente esse impacto enquanto mulher negra e mãe?

Marina: Na prática, sendo uma mulher negra e mãe de pessoas negras, quando os filhos crescem o medo muda, mas segue presente. Como mãe, você acaba vendo os seus filhos sofrendo as mesmas violências, racistas e sexistas. E quando você tem um filho, um menino negro, é desesperador. Existe a nossa luta enquanto mulheres, de nos proteger, de resistir ao assédio e a tantas outras formas de violência, e a forma com que isso se reproduz nas nossas vidas, na vivência com diferentes violências que envolvem diretamente os homens. Quando você pensa a relação que os homens têm com a violência é muito diferente da que as mulheres têm. Quando você vive num ambiente onde a violência faz parte da cultura, com homens armados para fazer a segurança e ligados ao poder, a gente sabe que essa forma de ser homem vai determinar o que é masculinidade. Além existir uma violência institucional, existe a violência das relações. Esse homem que vive esse ambiente de cultura de violência vai reproduzir isso na sua relação pessoal com as mulheres: com as suas mães, irmãs, amigas, companheiras e com filhas e filhos. É um ambiente em que a única possibilidade de existir está ligada a essa cultura de produção de violência e de controle de vidas e de corpos. Ter um filho negro é saber que ele vai ser sempre alvo da violência. Então, esse processo da militarização tem inúmeros problemas, mas eu coloco dois muito fortes: o primeiro é a socialização, a produção de uma masculinidade extremamente violenta que vai se afirmar como uma forma de ser homem, principalmente nesses territórios. E problematizar para que esse jovem negro não reproduza isso tudo. O outro pensar em como agir para que a vida dele não esteja sempre em perigo, já que ele sempre vai ser o alvo primordial da violência. O tempo todo sou levada, um ato involuntário, a querer saber o que meu filho, esse jovem negro, está fazendo, porque, para os outros, a possibilidade de ele estar fazendo algo errado já existe só por ele

ser negro. Na prática, nosso cuidado, o cuidado da mãe negra, também é controle e não nos damos conta disso... Não sei se conseguiria fazer diferente. Sabemos que nessa sociedade o erro é ser negro. A relação do racismo e da militarização é estruturalmente intrínseca. A militarização nasce de uma perspectiva de enfrentar um dado inimigo: a população negra. No meu corpo, eu sinto o tempo todo medo pela vida das minhas filhas e do meu filho circulando pela cidade. E em como lidar com um jovem negro, de 15 anos, para que ele não seja alvo da violência e não reproduza uma lógica de masculinidade pautada na violência, no controle e na opressão.

Quais os processos de resistência e como a gente pode sobreviver ou vencer essa disputa da cidade/vida a partir da perspectiva de uma mulher negra periférica?

Marina: O debate sobre o autocuidado é algo essencial e que a gente não dá a devida importância. É o autocuidado, para além de um momento terapêutico, e também como um ato político, como parte da nossa forma de se organizar e pensar politicamente. Se a gente pensar que o impacto da militarização no corpo das mulheres negras tem esse efeito todo, como não reproduzir uma lógica que é de opressão, é LGBTfófica, machista, sexista e misógina? Como ir contra tudo o que é estrutural? Tem uma hora em que a gente não vai suportar porque a carga de exigência é muito grande. O medo é muito grande. A gente não consegue dar conta disso tudo. Nesse sentido, o autocuidado chega tarde ao nosso debate. Eu percebo que o autocuidado não é pra te ausentar da luta, e sim pra te qualificar para estar nela e entender quais são os seus limites e como você pode contribuir afetivamente. Pensar dessa forma já é autocuidado. Cada mulher, dependendo de onde vem, do seu espaço de luta e das suas questões, sente de forma diferente. Não dá pra explicar o quanto essa contradição produz sofrimento e dor. Não é só um

corpo fisicamente cansado, mas um corpo que sofre a partir do afeto que vem sendo produzido em meio a todas essas contradições. Para a população negra é o sofrimento de existir em uma sociedade extremamente racista. O autocuidado tem que ser uma decisão política de enfrentar todas essas questões e entender os nossos próprios limites. É construir um ambiente para que essas mulheres, de vidas e territórios diferentes, possam continuar na luta sem sucumbir.

Pensando no seu corpo, fisicamente, onde você mais sente os impactos da militarização e de onde vem a sua potência?

Marina: Eu acho que sinto no corpo todo (risos). Sinto na cabeça, porque eu estou sempre pensando, o que me leva a ter muitas perguntas, muitos porquês. Eu não entendia como as contradições podiam ser tão reais e explícitas e as pessoas não conseguiam ver. Acho que tem algo que é de cada indivíduo, esse incômodo, essa indignação, que nem todo mundo tem, mas nós, negras e negros, sentimos, todas nós. Pra mim, minha indignação vem da necessidade de transformar aquilo que eu estou vendo. Eu sempre achei que podia ser diferente e que podia mudar. E, mais ainda, que eu precisava fazer alguma coisa pra mudar. Isso aconteceu com o pré-vestibular, com a alfabetização para os jovens e adultos, com o trabalho, com as mulheres... Foi quando comecei a ter retorno dessas pessoas. É como despertar e enxergar detalhes, porque, culturalmente, a gente culpa a vítima, aquela que sofre a violência por estar sendo oprimida, e não o sistema que produz a opressão. É um incômodo que dá no corpo todo, tanto por ficar parada, quanto por fazer algo. Tudo gera dor, mas depende do lugar em que você escolhe estar.

Este texto é parte do livro **"A Fortaleza das Mulheres"** (2020), uma parceria entre o Instituto Pacs e Gizele Martins, comunicadora comunitária da favela da Maré.